



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

**AUDIÊNCIA PÚBLICA.** Aplicando o princípio constitucional da publicidade aos atos da administração pública, no dia (21) vinte e um de outubro de 2025; veiculou no diário oficial dos municípios o Edital de nº 005/2025 transcrito na íntegra: Convocação de Audiência Pública. A Câmara Municipal de Diamantino, atendendo ao disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000; torna público que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, *no dia 3 de novembro de 2025, com início às 15h00min*, no Plenário Ver. Juvenal Benedicto Soares na Câmara Municipal; sito a Rua Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2345 – Jardim Eldorado – Diamantino; para apresentação e discussão do **Projeto de Lei: 43/2025** - *Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Diamantino/MT, para o quadriênio 2026-2029, e dá outras providências;* **Projeto de Lei: 50/2025** - *Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Diamantino/MT para o exercício de 2026, e dá outras providências;* e **Projeto de Lei: 52/2025** - *Estima a receita e fixa a despesa do Município de Diamantino para o exercício financeiro de 2026.* Na ocasião, os cidadãos terão a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões acerca do assunto em pauta. Haverá transmissão ao vivo na Página do Facebook: Câmara Municipal de Diamantino-MT e no Canal do Youtube: Câmara Municipal de Diamantino. Diamantino/MT, 16 de outubro de 2025. Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima. Presidente da Câmara Municipal de Diamantino. Ver. Edson da Silva. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. **Dia (03) três de novembro de dois mil e vinte e cinco, as (15h05)** no Plenário Vereador Juvenal Benedicto Soares, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça Augusto Borges Casetta Ferreira, vereador/MDB juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Edson da Silva, vereador/MDB; cumprimenta a todos, declara aberta a presente audiência pública; passa a palavra ao senhor **Cleyton Vilmar de Oliveira Zucchi**, Contador da Câmara Municipal de Diamantino que conduzirá esta audiência pública. Inicia evidenciando o prazo de envio a Câmara Municipal consonante com a Lei Orgânica do Município em seu artigo 67, §1º: Prazo de Envio pelo Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo: I - Plano Plurianual: até o dia 10 de Agosto, do primeiro ano do mandato; II - Lei de Diretrizes Orçamentárias: até o dia 30 de Setembro de cada exercício; III - Lei Orçamentária Anual: até o dia 15 de Outubro de cada exercício; e cita ainda (LRF, Art. 48 § 1º, I) - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; e (RI, Art. 287, Parágrafo Único). O Poder Executivo já realizou as audiências para elaboração do PPA 2026-2029; PLDO/2026 e PLOA/2026. Assim o Poder Legislativo realizou audiência pública para a discussão unificada do PPA 2026-2029; PLDO/2026 e PLOA/2026. Demonstrando o Sistema Orçamentário, o Ciclo Orçamentário; os Prazos de Tramitação; os Programas de Governo; Comportamento da Arrecadação. As metas de Arrecadação; As Transferências Correntes Previstas; Receitas Tributárias Previstas. Demonstrativos das Despesas Correntes; Outras Despesas Correntes; Despesas de Capital;



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

Despesas por Órgão e Funções; Demonstrativo da Evolução da Despesa. Demonstrativo das principais obras. Demonstrativo por Programas; Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; Demonstrativo da Dívida Pública, Resultado Nominal e Primário. Ressalta que os três projetos estão nesta Casa Legislativa e trata sobre as emendas impositivas. O orçamento para o exercício de 2026 está com receita/despesa estimada em **R\$229.535.000,00**. O cálculo é realizado na receita líquida do exercício anterior - limite global 2% - total R\$4.096.160,08; o rateio para 11 vereadores: R\$372.378,18; 50%; a destinação para a saúde é obrigatória (50%) R\$186.189,09 e para outras áreas (50%); R\$186.189,09. Registra a presença dos membros do Poder Executivo; O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais questiona sobre o aumento real dos provimentos da tabela salarial no Plano de Cargos de Carreira dos Servidores Efetivos e que somente há reajuste do RGA. O Presidente da CFO, parlamentar Edson da Silva, comenta sobre os questionamentos do Presidente do Sindicato; após comenta sobre a Agricultura Familiar – no programa Viva Campo e Cidade. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente - Milton Mateus Criveletto – responde aos comentários dos vereadores Edson da Silva e Alex Rupolo - o assessor de comunicação da Câmara Municipal Marcio Mendes, tece comentário e assim abre-se o slide da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para análise mais profunda; o Secretário informa que os valores são estimados para trabalhar e precisa buscar recursos junto aos poderes estaduais e federais e caso haja a necessidade será realizada suplementação. O servidor Carlos Alberto do setor de planejamento traz as justificativas referente aos questionamentos. O vereador Edes, comenta sobre o PCCS para constar no PPA; o contador a Câmara sugere aos parlamentares se reúnam com os Secretários Municipais para saber sobre estar já está projetado. A vereadora Gonçalves comenta sobre conversa com a senhora Michele, Secretaria de Administração, sobre o PCCS. O Presidente do Sindicato comenta, que o estudo do PCCS deve se reunir com os membros do sindicato, para ser definido e até o momento não sabem de nada. O servidor Carlos Alberto informa que o RGA já compõe nos Projetos e que o PCCS está em estudo e quando calculado será inserido no orçamento. Encerrado os questionamentos presenciais, sem nenhum questionamento na transmissão on-line, o contador **Cleyton**, informa que os Projetos de leis estão disponíveis no portal sistema SAPL e ainda processo físico na Câmara Municipal, caso o cidadão deseje analisar, em seguida passa a palavra ao Presidente Augusto Borges para o encerramento. Não havendo mais nada a constar, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça encerra a audiência pública **(15h56min)**. Lista de presença anexa a ATA. A audiência pública gravada e arquivada no legislativo. Digita a ATA eu, Deizelucy Maria Pereira Mesquita, Chefe de Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Diamantino.



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

## LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS PROJETOS DE  
LEIS ORÇAMENTÁRIOS (PPA, LDO e LOA) EM 03/11/2025 À 15H

NOME LEGÍVEL	ASSINATURA
Eloy da Silva	
Augusto B. Cordeiro Ferreira	
Anderson Douglas Dias Carvalhante	Anderson
EDES F. BEIJA	
ALEX RUI POLO	
Ronilli Rêgo A. Lima	Ronilli Rêgo
Edvaldo Alves Trivelp	
Bruna T. de Botelho dos Santos	Bruna de Botelho
Rafaela da Costa Silva	
Francisco F. Mendes Jr.	
Anna Clara Coptrane Lima	Anna Clara Lima
Diocelio A. Pruciano	
Katia A. do Prado	
Ricardo Mendes	
Clara Matheus de	
Carlos H. de Almeida	
Marcelo Nave V. Barros	
Reinaldo Pulete	Reinaldo Pulete
Cesar Augusto Spindola do Souto	
Roberto Rodrigues	Roberto Rodrigues
Lucimara Costa Barros	
Luciana A. Costa da S. Rodrigues	
Tânia Maria Ferreira da Rocha	
AVELINO BEZERRA	
Samara S. Alves	
Clayton Ozuchi	
Deizelymarys F. Magalhães	



## CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

### CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO ATA - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DOS PROJETOS DE LEI: PPA 2026/2029 - LDO 2026 LOA 2026

**AUDIÊNCIA PÚBLICA.** Aplicando o princípio constitucional da publicidade aos atos da administração pública, no dia (21) vinte e um de outubro de 2025; veiculou no diário oficial dos municípios o Edital de nº 005/2025 transcrito na íntegra: Convocação de Audiência Pública. A Câmara Municipal de Diamantino, atendendo ao disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000; torna público que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, *no dia 3 de novembro de 2025, com início às 15h00min*, no Plenário Ver. Juvenal Benedicto Soares na Câmara Municipal; sito a Rua Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2345 – Jardim Eldorado – Diamantino; para apresentação e discussão do **Projeto de Lei: 43/2025** - Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Diamantino/MT, para o quadriênio 2026-2029, e dá outras providências; **Projeto de Lei: 50/2025** - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Diamantino/MT para o exercício de 2026, e dá outras providências; e **Projeto de Lei: 52/2025** - Estima a receita e fixa a despesa do Município de Diamantino para o exercício financeiro de 2026. Na ocasião, os cidadãos terão a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões acerca do assunto em pauta. Haverá transmissão ao vivo na Página do Facebook: Câmara Municipal de Diamantino-MT e no Canal do Youtube: Câmara Municipal de Diamantino. Diamantino/MT, 16 de outubro de 2025. Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima. Presidente da Câmara Municipal de Diamantino. Ver. Edson da Silva. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. **Dia (03) três de novembro de dois mil e vinte e cinco, às (15h05)** no Plenário Vereador Juvenal Benedicto Soares, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça Augusto Borges Cassetta Ferreira, vereador/MDB juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Edson da Silva, vereador/MDB; cumprimenta a todos, declara aberta a presente audiência pública; passa a palavra ao senhor **Cleyton Vilmar de Oliveira Zucchi**, Contador da Câmara Municipal de Diamantino que conduzirá esta audiência pública. Inicia evidenciando o prazo de envio a Câmara Municipal consonante com a Lei Orgânica do Município em seu artigo 67, §1º: Prazo de Envio pelo Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo: I - Plano Plurianual: até o dia 10 de Agosto, do primeiro ano do mandato; II - Lei de Diretrizes Orçamentárias: até o dia 30 de Setembro de cada exercício; III - Lei Orçamentária Anual: até o dia 15 de Outubro de cada exercício; e cita ainda (LRF, Art. 48 § 1º, I) - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; e (RI, Art. 287, Parágrafo Único). O Poder Executivo já realizou as audiências para elaboração do PPA 2026-2029; PLDO/2026 e PLOA/2026. Assim o Poder Legislativo realizou audiência pública para a discussão unificada do PPA 2026-2029; PLDO/2026 e PLOA/2026. Demonstrando o Sistema Orçamentário, o Ciclo Orçamentário; os Prazos de Tramitação; os Programas de Governo;

Comportamento da Arrecadação. As metas de Arrecadação; As Transferências Correntes Previstas; Receitas Tributárias Previstas. Demonstrativos das Despesas Correntes; Outras Despesas Correntes; Despesas de Capital; Despesas por Órgão e Funções; Demonstrativo da Evolução da Despesa. Demonstrativo das principais obras. Demonstrativo por Programas; Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; Demonstrativo da Dívida Pública, Resultado Nominal e Primário. Ressalta que os três projetos estão nesta Casa Legislativa e trata sobre as emendas impositivas. O orçamento para o exercício de 2026 está com receita/despesa estimada em **R\$229.535.000,00**. O cálculo é realizado na receita líquida do exercício anterior - limite global 2% - total R\$4.096.160,08; o rateio para 11 vereadores: R\$372.378,18; 50%; a destinação para a saúde é obrigatória (50%) R\$186.189,09 e para outras áreas (50%); R\$186.189,09. Registra a presença dos membros do Poder Executivo; O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais questiona sobre o aumento real dos provimentos da tabela salarial no Plano de Cargos de Carreira dos Servidores Efetivos e que somente há reajuste do RGA. O Presidente da CFO, parlamentar Edson da Silva, comenta sobre os questionamentos do Presidente do Sindicato; após comenta sobre a Agricultura Familiar – no programa Viva Campo e Cidade. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente - Milton Mateus Criveletto - responde aos comentários dos vereadores Edson da Silva e Alex Rupolo - o assessor de comunicação da Câmara Municipal Marcio Mendes, tece comentário e assim abre-se o slide da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para análise mais profunda; o Secretário informa que os valores são estimados para trabalhar e precisa buscar recursos junto aos poderes estaduais e federais e caso haja a necessidade será realizada suplementação. O servidor Carlos Alberto do setor de planejamento traz as justificativas referente aos questionamentos. O vereador Edes, comenta sobre o PCCS para constar no PPA; o contador a Câmara sugere aos parlamentares se reúnam com os Secretários Municipais para saber sobre estar já está projetado. A vereadora Gonçalina comenta sobre conversa com a senhora Michele, Secretaria de Administração, sobre o PCCS. O Presidente do Sindicato comenta, que o estudo do PCCS deve se reunir com os membros do sindicato, para ser definido e até o momento não sabem de nada. O servidor Carlos Alberto informa que o RGA já compõe nos Projetos e que o PCCS está em estudo e quando calculado será inserido no orçamento. Encerrado os questionamentos presenciais, sem nenhum questionamento na transmissão on-line, o contador **Cleyton**, informa que os Projetos de leis estão disponíveis no portal sistema SAPL e ainda processo físico na Câmara Municipal, caso o cidadão deseje analisar, em seguida passa a palavra ao Presidente Augusto Borges para o encerramento. Não havendo mais nada a constar, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça encerra a audiência pública **(15h56min)**. Lista de presença anexa a ATA. A audiência pública gravada e arquivada no legislativo. Digita a ATA eu, Deizelucy Maria Pereira Mesquita, Chefe de Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Diamantino.

## CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

### CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 07-2025

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PRESIDENTE, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº